Proc. TC-032.789/2014-9
Prestação de Contas

PARECER

Embora de acordo com a proposta da Secex/CE, entendemos necessário evidenciar os fundamentos normativos e fáticos que justificam a determinação proposta pela unidade técnica.

A esse respeito necessário recorrer ao Relatório de Auditoria da Controladoria Regional da União/CE (peça 6, p. 129) no qual consta reprodução de trecho do Regimento do Sebrae/CE que trata das competências do Conselho Deliberativo. Eis o que dispõe o art. 5º:

“DA COMPETÊNCIA DO CDE [Conselho Deliberativo Estadual]

Art. 5º - Compete ao CDE:

(.)

XII — decidir sobre as políticas, diretrizes e prioridades de aplicação de recursos;

XIII — aprovar o Direcionamento Estratégico, o Plano de Trabalho Anual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual do Sistema SEBRAE, o Orçamento Anual do SEBRAE, assim como as alterações desses instrumentos de ação administrativa;

XIV — aprovar as prestações de contas do SEBRAE/CE, que deverão estar instruídas, no mínimo, com os elementos previstos no parágrafo único do art. 32 do Estatuto do SEBRAE/CE;

XXIX — deliberar sobre a alteração do presente Regimento, com o voto concorde de, no mínimo, onze (11) conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim.

§ 1º - Tendo ciência da prática de atos de improbidade ou de malversação de recursos da entidade; ou de incapacidade civil; ou de manifesta incompetência gerencial; ou de clara insubordinação às deliberações expressas do CDE ou de condenação à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, relativamente aos membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, qualquer dos conselheiros poderá representar perante o colegiado, solicitando ao seu Presidente a convocação de reunião, nos termos do inciso IV deste artigo, para apreciação da procedência da representação e, se for o caso, para destituição do responsável ou dos responsáveis."

As relevantes atribuições de um membro do conselho de deliberação – que incluem a própria aprovação das contas – já evidenciam não ser possível que agente que ocupe tal posição presida entidade que manterá vínculos contratuais com Sebrae/CE, por patente espaço de conflito de interesses. Trata-se de uma questão principiológica, vinculada aos comandos constitucionais da impessoalidade e da moralidade, que independe de expresso regramento de vedação.

É a manifestação deste representante do Ministério Público junto ao TCU.

Ministério Público, em 15 de dezembro de 2015.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador